

Manutenção de meta afetará reativação ¹⁶

"Se a meta de expansão de 50% da base monetária for mantida, a reativação econômica manifestada nos últimos meses poderá abortar. Seria importante e oportuno que o governo afrouxasse um pouco o controle do crédito e desse um empurrãozinho na economia para aproveitar as condições favoráveis e promover uma recuperação de fato." A advertência e a sugestão foram feitas pelo economista Celso Luiz Martone, da Universidade de São Paulo, coordenador dos debates sobre inflação promovidos pela Ordem e Sindicato dos Economistas de São Paulo.

Esse primeiro módulo, que examinará "Alguns Aspectos da Inflação Brasileira", foi iniciado ontem e continuará até o próximo dia 10. Ele faz parte de um ciclo de palestras programado para todo o mês e focalizará ainda a correção monetária e o desenvolvimento brasileiro. Martone acha que se o governo liberasse um pouco o crédito, a reativação da economia seria feita sem necessidade de novos investimentos, aproveitando-se apenas a capacidade ociosa das empresas e melhorando a oferta de emprego.

Nessas condições, o fortalecimento da recuperação econômica seria feito sem pressões inflacionárias porque aumentaria a demanda de

bens e serviços. "A inflação que enfrentamos hoje é de custos e não de demanda", explicou Martone, acrescentando que o aumento do poder de compra deve ser feito com expansão da oferta de emprego e não com elevação real dos salários.

REDUZIR A CORREÇÃO

Para o economista da USP, a política de combate à inflação foi bem-sucedida no controle do déficit público mas isso não é suficiente. É preciso também desindexar (eliminar as correções automáticas) a economia em todos os níveis e, até agora, isso só está sendo feito em relação aos reajustes de salários e aluguéis. Falta ainda desindexar o câmbio — o que por enquanto é impossível devido à necessidade de estimular as exportações — e os contratos financeiros.

Martone entende que os contratos financeiros por prazos inferiores a seis meses não deveriam ter correção monetária pós-fixada e sim juros previamente estabelecidos. Para essas operações de curto prazo, como cadernetas de poupança, depósitos bancários de 90 dias ou empréstimos de prazos equivalentes, seria necessário restabelecer o risco de rentabilidade inferior à inflação.